



estiva

UTE São José da Estiva | Bioenergia



UTE São José da Estiva S/A

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE MARÇO DE 2025**



Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AA58-C347-1E27-3476.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AA58-C347-1E27-3476.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria da

UTE São José da Estiva S/A

Novo Horizonte – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE São José da Estiva S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE São José da Estiva S/A em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AA58-C347-1E27-3476.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AA58-C347-1E27-3476.

UTE São José da Estiva S/A

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	324	396	Fornecedores	13	22	1.305
Contas a receber de clientes	9	241	1.047	Salários, férias e encargos sociais a pagar		125	419
Estoques	10	4.044	7.422	Impostos e contribuições a recolher		305	418
Impostos a recuperar		236	238	Dividendos a pagar	14	2.138	2.036
Outras contas a receber		40	23	Outras contas a pagar		4	286
Total do ativo circulante		4.885	9.126	Total do passivo circulante		2.594	4.464
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar		426	624	Passivos fiscais diferidos	15	469	1.226
Mútuo com partes relacionadas	11	77.808	60.155	Total do passivo não circulante		469	1.226
		78.234	60.779	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado	12	14.528	25.891	Capital social		67.574	57.200
Total do ativo não circulante		92.762	86.670	Ações em tesouraria		(1)	(1)
				Reserva de capital		-	19
				Reserva legal		1.322	10.355
				Reserva de reavaliação		85	193
				Ajuste de avaliação patrimonial		528	1.889
				Reserva de lucros a destinar		25.077	20.451
				Total do patrimônio líquido		94.584	90.106
Total do ativo		97.647	95.796	Total do passivo		3.063	5.690
				Total do passivo e patrimônio líquido		97.647	95.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



UTE São José da Estiva S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	68.288	63.057
Custo dos produtos vendidos	19	<u>(39.902)</u>	<u>(38.717)</u>
Lucro bruto		28.386	24.340
Despesas com vendas	19	(1)	-
Despesas administrativas e gerais	19	(525)	(493)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>837</u>	<u>627</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		28.697	24.474
Receitas financeiras		3	1
Despesas financeiras		<u>(7)</u>	<u>(6)</u>
Receitas financeiras líquidas		(4)	(5)
Resultado antes dos impostos		28.693	24.469
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(3.016)	(2.127)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>757</u>	<u>177</u>
	15	<u>(2.259)</u>	<u>(1.950)</u>
Resultado do exercício		26.434	22.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



UTE São José da Estiva S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	26.434	22.519
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	26.434	22.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



UTE São José da Estiva S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros a destinar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023		57.200	-	19	9.229	201	2.224	22.469	-	91.342
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 8 de julho de 2023		-	-	-	-	-	-	(22.474)	-	(22.474)
Ações em tesouraria		-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	(8)	-	-	8	-
Realização do custo atribuído	17	-	-	-	-	-	(335)	-	335	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	22.519	22.519
Destinações propostas pela administração:										
Reserva legal		-	-	-	1.126	-	-	-	(1.126)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	-	-	(1.280)	(1.280)
Reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	-	-	20.456	(20.456)	-
Saldos em 31 de março de 2024		57.200	(1)	19	10.355	193	1.889	20.451	-	90.106
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 19 de julho de 2024		-	-	-	-	-	-	(20.456)	-	(20.456)
Aumento de capital conforme assembleia geral extraordinária de 11 de novembro de 2024		10.374	-	(19)	(10.355)	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	17	-	-	-	-	(108)	-	-	108	-
Realização do custo atribuído	17	-	-	-	-	-	(1.361)	-	1.361	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	26.434	26.434
Destinações propostas pela administração:										
Reserva legal	17	-	-	-	1.322	-	-	-	(1.322)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Reserva de lucros a destinar	17	-	-	-	-	-	-	25.082	(25.082)	-
Saldos em 31 de março de 2025		67.574	(1)	-	1.322	85	528	25.077	-	94.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



UTE São José da Estiva S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		26.434	22.519
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	12.b	1.953	2.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(757)	(177)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	3.016	2.127
Prescrição de dividendos	14	(338)	(328)
Custo residual de bens do ativo imobilizado	12	8.980	7
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		806	(479)
Estoques		4.404	1.310
Impostos a recuperar		200	235
Outras contas a receber		(17)	26
Fornecedores		(1.283)	(4.141)
Salários e férias a pagar		(294)	(11)
Impostos e contribuições a recolher		(113)	39
Outras contas a pagar		(282)	273
Caixa gerado pelas atividades operacionais		42.709	23.719
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.016)	(2.127)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		39.693	21.592
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12.a	(596)	(1.371)
Concessão de mútuo com partes relacionadas	11 (ii)	(17.653)	10.519
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		(18.249)	9.148
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	14	(21.516)	(30.935)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(21.516)	(30.935)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(72)	(195)
Demonstração de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	8	396	591
No fim do exercício	8	324	396
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(72)	(195)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A UTE São José da Estiva S/A (“Companhia”) foi constituída em 01 de março de 2010, mediante cisão parcial dos ativos da Companhia ligada Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil sediada na Fazenda Três Pontes, município de Novo Horizonte - SP e têm como objetivo principal a industrialização e comercialização, para empresa ligada e terceiros, de energia elétrica, vapor vivo e vapor de escape e todos os derivados provenientes da queima e utilização do bagaço de cana-de-açúcar.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2025.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.f (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado.



Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicada de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes.



De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de março de 2024.

b. Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do ano compreendem imposto diferido e corrente.

O imposto de renda e a contribuição social são apurados através de “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% para vendas de produtos, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e 12%, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de contribuição social.



Imposto de renda corrente - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% do excedente de R\$ 240.

Contribuição social corrente - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

O imposto diferido é reconhecido com relação à reserva de reavaliação e ao efeito do custo atribuído no ativo imobilizado. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.



f. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas em anos, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios, dependências e benfeitorias	15 a 48 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4 a 20 anos
Equipamentos de informática	1 a 6 anos
Instalações e equipamentos	1 a 20 anos
Móveis e utensílios	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.



Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. O reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.



No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos e principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.



A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.



A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados em Assembleia de Acionistas da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica, se deliberados durante o exercício.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:



- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.



(ii) **Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.



Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).
- Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimento Anual	2025	2024
Caixa e bancos	100% CDI	287	358
CDB		37	38
		<u>324</u>	<u>396</u>

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem liquidez inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e de crédito são divulgadas na nota explicativa nº 20.

9 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Clientes diversos	100	786
Clientes - Partes relacionadas - (nota 11)	141	261
	<u>241</u>	<u>1.047</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes está divulgada na nota explicativa nº 20

10 Estoques

	2025	2024
Almoarifado e outros	142	1.003
Adiantamento a fornecedores	-	3
Manutenção entressafra	3.902	6.416
	<u>4.044</u>	<u>7.422</u>

(*) Os gastos com manutenção industrial são os gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola da safra seguinte.

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

11 Partes relacionadas

a. Garantias e avais

A Companhia é garantidora através de aval em favor da Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool referente à operações de crédito com instituições financeiras.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração durante o exercício foi de R\$ 266 (R\$ 312 em 2024).

c. Beneficiários finais

Os beneficiários finais são acionistas pessoas físicas, conforme nota explicativa 17.

d. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de março de 2025 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool	2025	2024
Ativo circulante:		
Contas a receber (nota 9) (i)	141	261
Ativo não circulante:		
Mútuo com partes relacionadas (ii)	<u>77.808</u>	<u>60.155</u>
Total do ativo	<u>77.949</u>	<u>60.416</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores (nota 13) (ii)	-	(142)
	-	(142)
Transações -receitas (despesas)		
Receitas		
Venda de energia elétrica	23.345	24.921
Venda de vapor	26.674	29.231
Despesas/custos		
Compra de bagaço de cana-de-açúcar (iii)	(18.578)	(20.728)



- (i) Refere-se à venda de energia elétrica e vapor à Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool, em condições específicas, determinadas em contrato de compra e venda, vigente até 2030. Os preços praticados são ajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- (ii) Saldo de mútuo entre a Companhia e Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool, do qual não possui remuneração de juros e com vencimento indeterminado. Durante o exercício, foram concedidos R\$ 17.653.
- (iii) Refere-se a compra de bagaço de cana da Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool para produção de energia elétrica, em condições específicas, determinadas em contrato de compra e venda, vigente até 2030. Os preços praticados são ajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

12 Imobilizado

a. Custo

	31/03/2024	31/03/2025			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edifícios, dependências e benfeitorias	6.525	-	(5.164)	-	1.361
Máquinas, aparelhos e equipamentos	47.550	317	(40.526)	434	7.775
Equipamentos de Informática	66	-	(35)	-	31
Instalações e equipamentos	50.848	279	(17.139)	4.971	38.959
Móveis e utensílios	60	-	(37)	-	23
Obras em andamento	5.405	-	-	(5.405)	-
Custo de manutenção de entressafra industrial	-	-	-	-	-
	110.454	596	(62.901)	-	48.149

	01/04/2023	31/03/2024			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edifícios, dependências e benfeitorias	6.525	-	-	-	6.525
Máquinas, aparelhos e equipamentos	46.354	379	(88)	905	47.550
Equipamentos de Informática	64	2	-	-	66
Instalações e Equipamentos	49.772	502	(1)	575	50.848
Móveis e utensílios	60	-	-	-	60
Obras em andamento	6.402	488	(5)	(1.480)	5.405
Custo de manutenção de entressafra industrial	-	-	-	-	-
	109.177	1.371	(94)	-	110.454

b. Depreciação

	31/03/2024	31/03/2025			
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Depreciação
Edifícios, dependências e benfeitorias	(3.801)	(88)	3.188	-	(701)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(39.954)	(1.044)	34.227	-	(6.771)
Equipamentos de informática	(63)	-	32	-	(31)
Instalações e equipamentos	(40.693)	(1.846)	16.440	-	(26.099)
Móveis e utensílios	(52)	(1)	34	-	(19)
Custo de manutenção de entressafra industrial	-	-	-	-	-
	(84.563)	(2.979)	53.921	-	(33.621)

	01/04/2023	31/03/2024			
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Depreciação
Edifícios, dependências e benfeitorias	(3.667)	(134)	-	-	(3.801)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(38.374)	(1.666)	86	-	(39.954)
Equipamentos de informática	(63)	-	-	-	(63)
Instalações e equipamentos	(39.151)	(1.543)	1	-	(40.693)
Móveis e utensílios	(50)	(2)	-	-	(52)
Custo de manutenção de entressafra industrial	-	-	-	-	-
	(81.305)	(3.345)	87	-	(84.563)



Imobilizado líquido contábil

	31/03/2025			31/03/2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios, dependências e benfeitorias	1.361	(701)	660	6.525	(3.801)	2.724
Máquinas, aparelhos e equipamentos	7.775	(6.771)	1.004	47.550	(39.954)	7.596
Equipamentos de informática	31	(31)	-	66	(63)	3
Instalações e equipamentos	38.959	(26.099)	12.860	50.848	(40.693)	10.155
Móveis e utensílios	23	(19)	4	60	(52)	8
Obras em andamento	-	-	-	5.405	-	5.405
Custo de manutenção de entressafra industrial	-	-	-	-	-	-
	48.149	(33.621)	14.528	110.454	(84.563)	25.891

Depreciação - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2025	2024
Depreciação do exercício	2.979	3.345
Saldo incorporado ao custo de manutenção entressafra	(1.026)	(1.026)
Saldo de depreciação com efeito na demonstração do fluxo de caixa	1.953	2.319

c. Baixa do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025 a Companhia vendeu parte de seu ativo imobilizado para a Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Alcool, ativos esses que pertenciam a operação de geração de vapor e tratamento de águas (ETA).

d. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025 e 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

13 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores diversos	22	1.163
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 11)	-	142
	22	1.305

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 20.



14 Dividendos a pagar

	Acionistas maioritários	Acionistas minoritários	Total
Saldo em 31/03/2023	8.676	869	9.545
Dividendos propostos	22.100	374	22.474
Pagamentos	(30.776)	(159)	(30.935)
Prescrição estatutária	-	(328)	(328)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.258	22	1.280
Saldo em 31/03/2024	1.258	778	2.036
Dividendos propostos	20.082	374	20.456
Pagamentos	(21.373)	(143)	(21.516)
Prescrição estatutária	-	(338)	(338)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.500	-	1.500
Saldo em 31/03/2025	1.467	671	2.138

15 Passivos fiscais diferidos

Os impostos diferidos passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os impostos diferidos passivos, classificados no passivo não circulante tem a seguinte origem:

	Saldo em 31/03/2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/03/2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/03/2025
Passivo não circulante:					
Reserva de reavaliação - 1998	102	(8)	94	(56)	38
Imobilizado – custo atribuído	1.301	(169)	1.132	(701)	431
	1.403	(177)	1.226	(757)	469

a. Reconciliação da alíquota

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Receita bruta fiscal	71.361	71.361		65.852	65.852	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
Base tributável	5.709	8.563		5.268	7.902	
Outras receitas tributáveis	2477	2477		360	360	
Lucro presumido tributável	8.186	11.040		5.628	8.262	
Alíquota fiscal aplicada	25%	9%		25%	9%	
Impostos pela alíquota fiscal combinada	(2.046)	(994)	(3.040)	(1.407)	(744)	(2.151)
Dedução do excedente da alíquota de 10%	24	-	24	24	-	24
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.022)	(994)	(3.016)	(1.383)	(744)	(2.127)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			757			177
Imposto de renda e contribuição social			(2.259)			(1.950)

16 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.



Em 31 de março de 2025, a Companhia mantinha em andamento processos tributários, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 1.552 (R\$ 1.389 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 18.040.023 (idêntico em 2024) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

	2025	
	Ações	%
RBE Participações Ltda.	8.869.846	49,17%
JBE Participações Ltda.	2.956.616	16,39%
VBE Participações Ltda.	2.956.616	16,39%
LBE Participações Ltda.	2.956.616	16,39%
Outros	300.329	1,66%
	18.040.023	100%

b. Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de reavaliação

Decorrente de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada contra resultados acumulados, na proporção da depreciação, alienação ou baixa dos ativos reavaliados.

Reserva de lucros a destinar

A Administração decidiu propor para reserva de lucros a destinar o saldo de lucros acumulados, que será deliberado pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária para aprovar as demonstrações financeiras.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. Dividendos

O acionista tem direito a um dividendo mínimo, conforme estatuto, de 6% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei nº. 6.404/76.



e. Destinação do lucro acumulado

A Lei nº. 11.638 de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº.6.404 (Sociedades por Ações). Entre essas alterações a lei determina que os lucros apurados em determinado exercício sejam obrigatoriamente destinados para uma das reservas previstas em lei, não podendo haver retenção indiscriminada em rubrica de lucros acumulados, neste momento.

A Administração propôs a seguinte a destinação do saldo de lucros acumulados apresentados em 31 de março de 2025 e 2024:

	2025	2024
Lucro acumulado inicial	-	-
Realização da reserva de reavaliação	108	8
Realização do custo atribuído	1.361	335
Resultado do exercício	26.434	22.519
	27.903	22.862
Reserva de lucros a destinar	(25.082)	(20.456)
Reserva legal	(1.322)	(1.126)
Dividendos propostos	(1.500)	(1.280)
	(27.903)	(22.862)

As destinações propostas serão objeto de aprovação pelos acionistas em assembleia a ser realizada durante o ano de 2025.

18 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de energia elétrica e vapor para o mercado interno, conforme demonstrado abaixo:

a. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	2025	2024
Venda de energia elétrica	42.807	35.300
Venda de vapor	26.674	29.231
Bagaço de cana	1.000	1.284
Outras	880	37
Receita bruta	71.361	65.852
Impostos sobre vendas	(3.073)	(2.795)
Total de receita	68.288	63.057

(i) Receita de energia por tipo de contrato

	2025	2024
Parte relacionada (nota 11)	23.345	24.921
Mercado livre	19.462	10.379
Total	42.807	35.300



(ii) Os contratos de venda de energia têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Ínicio do contrato	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (R\$/MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
UTE Estiva	Mercado livre – LP	2018 e 2019	51,000	234,01	IPCA	Dezembro
UTE Estiva	Parte relacionada – LP	2010	63,436	160,00	IPCA	Dezembro
UTE Estiva	Mercado livre – CP	2020	29,026	335,733	N/A	N/A

19 Gastos por natureza

	2025	2024
Matéria prima e insumos	(19.733)	(22.583)
Depreciação e amortização	(8.494)	(8.106)
Outras Despesas	(3.899)	(3.790)
Despesas com pessoal	(2.005)	(2.315)
Energia elétrica para revenda	(4.502)	(1.435)
Manutenção de equipamentos	(1.795)	(981)
Total	(40.428)	(39.210)

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função

	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(39.902)	(38.717)
Despesas de vendas	(1)	-
Despesas administrativas e gerais	(525)	(493)
Total	(40.428)	(39.210)

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de março 2025	Valor contábil		
	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	8	324	-
Contas a receber de clientes	9	241	-
Outras contas a receber		40	-
Mútuos com partes relacionadas	11	77.808	-
Total		78.413	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Fornecedores e outras contas a pagar		-	26
Dividendos a pagar		-	2.138
Total		-	2.164



31 de março 2024	Valor contábil		
	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	8	396	-
Contas a receber de clientes	9	1.047	-
Outras contas a receber		23	-
Mútuo com partes relacionadas	11	60.155	-
Total	61.621	-	60.155
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	1.591	1.591
Dividendos a pagar	-	2.036	2.036
Total	-	3.628	3.628

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2025.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

(iii) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.



(iv) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente das contas a receber de clientes e de outros recebíveis conforme apresentado abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	324	396
Contas a receber de clientes e outras contas a receber		281	1.070
Mútuo com partes relacionadas	11	77.808	60.155
		<u>78.413</u>	<u>61.621</u>

Contas a receber de clientes

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos departamentos de crédito e diretoria, conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária.

No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, os níveis de concentração e a relevância dos valores em relação ao faturamento.

Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber que justifiquem a constituição de provisão para perdas no recebimento.

(v) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, como por exemplo: manter recursos aplicados para resgate imediato, bem como, avalia os prazos do endividamento de forma a não comprometer o fluxo de caixa e se necessário buscar mecanismos de renegociação para adequação deste fluxo.



Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

31 de março de 2025	Valor contábil	Até 12 meses
Passivos		
Fornecedores	(22)	(22)
Dividendos a pagar	(2.138)	(2.138)
Outras contas a pagar	(4)	(4)
	<u>(2.164)</u>	<u>(2.164)</u>

31 de março de 2024	Valor contábil	Até 12 meses
Passivos		
Fornecedores	(1.305)	(1.305)
Dividendos a pagar	(2.036)	(2.036)
Outras contas a pagar	(286)	(286)
	<u>(3.628)</u>	<u>(3.628)</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(vi) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia possui como prática acompanhar o mercado, mantendo participação ativa nas questões que envolvem o seguimento.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

21 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	3.063	5.690
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(324)	(396)
(=) Passivo líquido (a)	<u>2.739</u>	<u>5.294</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>94.584</u>	<u>90.106</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	<u>0,03</u>	<u>0,06</u>



22 Compromissos

Compromisso de venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de venda de energia elétrica firmados com terceiros para esse exercício de 2025/2026.

* * *

Composição da Administração

Jorge Ismael de Biasi Filho
Diretor

Roberto de Biasi
Diretor

Daniel Gil Ruiz
Gerente de Controladoria
CRC nº 1SP-259283/O-2

Marcio Fernando Pedro
Contador
CRC nº 1SP-330174/O-2



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/AA58-C347-1E27-3476>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: AA58-C347-1E27-3476



Hash do Documento

7CBF8778B1B6BBA54F798A4468A6B2FBEC958C43158CC75F648E599E260182A1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/06/2025 é(são) :

Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 13/06/2025 14:36

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital